

## **A contribuição da Conferência Nacional de Comunicação para a construção de políticas para o setor<sup>1</sup>**

Adilson Vaz Cabral Filho (Adilson Vaz CABRAL FILHO)<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Trabalho a ser apresentado no GT1 – Políticas de comunicação.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Carlos III de Madrid. Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Niterói-RJ. Email: acabral@comunicacao.pro.br.

### **RESUMO**

A I CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação - foi uma experiência singular na capacidade de buscar aproximações e possíveis articulações entre Estado e Sociedade, em prol da formulação de políticas públicas na área de Comunicação. Tendo completado 10 anos de sua realização em 2019, consistiu num desdobramento natural da compreensão da comunicação democrática como direito humano, como reflexo da mobilização das organizações da sociedade civil constitutivas do movimento pela democratização da comunicação em torno da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em 2003 (Genebra) e 2005 (Túnis), pavimentando a criação da Campanha CRIS (Direito à Comunicação na Sociedade da Informação, pela sigla em inglês), mobilizadora da participação social nas duas fases do evento.

Ao alinhar a Comunicação a temas de considerável incidência social, como Saúde, Educação, Segurança Pública, Cultura, dentre outros, que já haviam experienciado distintas conferências formuladoras de suas políticas desde meados do século XX, a I CONFECOM contribuiu para popularizar temas em torno da Comunicação como nenhuma outra iniciativa realizada desde a Assembleia Constituinte para a Constituição Federal de 1988, que contou com um capítulo para a Comunicação Social.

Mobilizando pessoas, grupos e organizações de lugares distintos a partir de temas distintos, debatidos em diversas etapas locais, regionais e livres (estas sem o reconhecimento legal pelo Poder Executivo), além da etapa final, de 14 a 17 de dezembro de 2009, a I CONFECOM contou com 1500 delegados distribuídos proporcionalmente em 20% para o poder público (de órgãos da administração pública direta e indireta nas esferas estadual e municipal), 40% para a sociedade civil não-empresarial (cidadãos ou representantes de entidades da sociedade civil organizada, não vinculados, sob qualquer forma, aos demais segmentos) e 40% para a sociedade civil empresarial (representantes de empresas ou entidades da sociedade empresarial organizada do setor de comunicação não vinculados, sob qualquer forma, aos demais segmentos). O temário das propostas para a I CONFECOM teve os seguintes eixos: Produção de Conteúdo; Meios de Distribuição; e Cidadania - Direitos e Deveres, organizados em sub-grupos que formularam propostas posteriormente deliberadas, que constituíram caderno de resoluções com quase 700 propostas.

Tendo sido a maior articulação de abrangência nacional para formular políticas democráticas para o setor, cabe compreender (1) que motivos levaram à descontinuidade da conferência como mecanismo adequado de cogestão para formular políticas para o setor? e (2) como poderia ser recolocada como demanda por parte do movimento pela democratização da comunicação?

A pesquisa se baseia no levantamento bibliográfico, com base em artigos acadêmicos relacionados à CONFECOM e a assuntos que a tangenciaram, relacionados à formulação de políticas constantes

em suas deliberações. As duas principais fontes para informações oficiais no âmbito online, na pesquisa, são os sites do “Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação” e do “FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”. Tendo como foco a coleta de dados e informações mais precisas sobre eventos pré-CONFECOM, por exemplo, pessoas que participaram ativamente do processo para idealizar, contribuir e impulsionar a Conferência foram contactadas para contribuir com experiências e conhecimentos acerca do que foi discutido nesse período.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Comunicações. **1ª CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação**. Publicado em 20 de dezembro de 2009. Disponível em [http://www.confecom.com.br/download/propostas/relatorio\\_aprovada\\_completo.pdf](http://www.confecom.com.br/download/propostas/relatorio_aprovada_completo.pdf). Acesso em 20 de março de 2010.

CABRAL FILHO, A. V. **Nossa TV Digital: o cenário internacional da apropriação social da digitalização da TV**. Rio de Janeiro, e-Papers, 2015.

\_\_\_\_\_. Participação social e tomada de decisão na comunicação brasileira: A I Conferência Nacional de Comunicação. In: **XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**. Montevideo: ALAIC, 2012.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Pedro José. Políticas de comunicação e participação popular: o desafio das conferências. In **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, RS, de 2 a 6 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_; CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia da sociedade civil, direitos à comunicação e a transição para o digital no Brasil: estabelecendo uma estrutura analítica para uma perspectiva comparada internacional In **Revista Brasileira de Políticas da Comunicação**, v. 1, p. 1-14, 2011. Disponível em <http://www.rbpc.lapcom.unb.br/pdf/RBPC-1-1.pdf>. Acesso em 29/08/2012.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, C M. O viés local nas conferências de comunicação do Estado do Rio de Janeiro. In: Luci Faria Pinheiro. (Org.). **Movimentos sociais, políticas sociais e questão social**. 1ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2011, v. , p. 175-188.

\_\_\_\_\_; MATTOS, M. Da I Conferência Nacional de Comunicação à plataforma para um marco regulatório no setor: o lugar das iniciativas de comunicação comunitária. In **Revista ABTU**, v. 2, p. 27, 2015.

DEMARCHI, Carlos Henrique e KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de comunicação no Brasil: a proposta de um novo marco regulatório para a radiodifusão. In **pragMATIZES**. Ano 6, número 10, semestral, out/2015 a mar/2016. Disponível em <http://www.pragmatizes.uff.br>.

GERMANO, Gustavo Gómez. Principios para un marco regulatorio democrático sobre rádio y televisión comunitaria. In GUMUCIO-DAGRON, Alfonso y HERRERA-MILLER, Karina. **Política y legislación para la radio local en America Latina**. La Paz, Plural, 2010.

INTERVOZES, Coletivo. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: Experiências de Doze Países e o Caso Brasileiro**. São Paulo: Ed. Paulus, 2009.

LIMA, Venício A. de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo, Paulus, 2011.

MALERBA, João Paulo. Panorama da situação legal na América Sul. In **Observatório da Imprensa**. Publicado em 17/09/2012. Disponível em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed712\\_panorama\\_da\\_situacao\\_legal\\_na\\_america\\_sul](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul). Acesso em 15/01/2012.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro, Mauad, 2016.

PERUZZO, Cicília. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. In **Palavra chave**. V. 11, n. 2, dez. 2008. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/649/64911214.pdf>. Acesso em 29/08/2012.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Paris: Fondation pour le progrès de l'homme; Florianópolis: Dialogo, 1996.

UNESCO. **Um Solo Mundo, Voces Múltiplos** - Comunicación e Información en Nuestro Tiempo. Unesco, 1980. Disponível em: < [http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040\\_066sb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040_066sb.pdf) >. Acessado em novembro de 2009.